

Os gastos com pessoal

por Cláudia Safatle
de Brasília

O orçamento fiscal enviado no início desta semana ao Congresso Nacional, para vigorar no exercício de 1987, mantém praticamente inalterada a dotação de recursos para o pagamento de pessoal e encargos sociais. Neste ano, devem ser gastos Cz\$ 105 bilhões e, no ano que vem Cz\$ 105,3 bilhões. Além de o orçamento prever inflação zero para o ano que vem, o governo não conta com a possibilidade de acionar o reajuste salarial automático — o "gatilho" — de 60% do Índice de inflação, se houver, por ocasião da data-base dos funcionários públicos abarcados pelo orçamento da União.

Quem deu essa explicação foi o secretário especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, ontem a este

jornal, para justificar a manutenção do mesmo montante de gastos. Primeiro, não há inflação no horizonte projetado e, se houver, ela não será repassada para o funcionalismo público, conforme disse Belluzzo.

Ele observou que ao fixar a inflação em zero para o ano que vem, para efeito de projeção orçamentária, o governo quis realmente promover cortes reais de gastos com a máquina administrativa.

Belluzzo adiantou que agora o governo pode aplicar uma política de contenção fiscal, pois, além de fazer parte da boa regra de administração das finanças públicas, se acionada, agora, não coloca freios ao crescimento econômico, "hoje puxado pela função consumo".

Belluzzo disse que, em termos de déficit consolidado do setor público, medido pela ne-

cessidade de financiamento, a tendência do governo é apresentar uma conta equilibrada no ano que vem. O déficit consolidado envolve as finanças dos estados e municípios e das empresas estatais, além do orçamento geral da União. Nesse contexto, a expectativa é de fechar este ano com um déficit global de 3% do PIB e chegar ao ano de 1987 próximo ao equilíbrio.

Para isso, o secretário do Ministério da Fazenda recomenda a redução paulatina dos subsídios ainda existentes, como é o caso do subsídio ao trigo que, pela estimativa da lei de meios, consumirá no ano que vem Cz\$ 23 bilhões (para cobrir a diferença entre o preço do trigo importado, muito mais baixo que o produzido internamente). "Nessas condições, não se justifica o País tentar tornar-se autosuficiente em trigo", comentou.